

Problemas de mobilidade afetam a Capital

EPTC afirma que os casos são analisados e, se houver possibilidade, as vias sofrem alterações em Porto Alegre

/ MOBILIDADE URBANA

Bruna Tkatch

brunat@jcrs.com.br

As reclamações sobre a mobilidade urbana são frequentes entre os cidadãos de Porto Alegre. Ruas estreitas, com carros estacionados dos dois lados, prejudicam o fluxo de quem trafega por muitas vias da Capital. Já os pedestres, convivem com a insegurança de calçadas irregulares, a escassez de faixas de segurança para atravessar, ou, ainda, o pouco tempo em alguns semáforos.

Leitores do Jornal do Comércio enviaram reclamações referentes a algumas ruas de mão dupla, em que o estacionamento é permitido dos dois lados. Sendo, assim muitos carros não conseguem transitar com fluidez nas vias e, quando há um veículo maior, como ônibus ou caminhão, interrompe a passagem.

Foram citadas avenidas como a Capivari, na Zona Sul, e General Netto, na região central, e de ruas como Luis Luz, Pas-

so da Pátria e Curvelo, na Zona Norte e São Manoel, Inácio Montanha e Barão de Santo Ângelo, na região central, entre outras.

A engenheira de tráfego e gerente de planejamento da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Aline Trindade, explica que da lista de vias apresentadas, apenas a rua Luis Luz, na Zona Norte, tem problemas de conhecimento do órgão.

A rua era sem saída até a construção de um novo prédio na Anita Garibaldi, após a obra, passou a ter fluxo de passagem na via. “No momento em que deixou de ser sem saída, mudou a característica da rua e o estacionamento precisa efetivamente ser proibido de um dos lados, tanto que é o que está sendo feito pelo próprio empreendedor”.

A situação na rua São Manoel, no bairro Santana, também é comentada por Aline. “Por muito tempo ela era de mão dupla, e funcionava, mas se optou, em consenso com a população do local, por transformar uma das quadras em mão única”. A equipe da EPTC avaliou que devido

a grande quantidade de bares e restaurantes no local, retirar um lado de estacionamento, seria mais prejudicial. O órgão também pede para que os cidadãos façam as suas queixas pelo formulário do site ou pelo telefone geral da prefeitura 156.

O arquiteto e urbanista Anthony Ling afirma que a questão a ser pensada é como usar a rua, um lugar que é escasso e valioso, da melhor maneira possível. “O espaço público é de todo mundo e o automóvel é um bem privado de uso exclusivo, ele ocupa muito espaço, que é concedido quase que indiscriminadamente.”

Na questão de estacionamento em vias públicas, ele defende que devem ser reservadas algumas vagas para pessoas com dificuldades de locomoção, mas o resto deve estacionar em locais pagos, ou então, no mínimo, em uma Área Azul.

Para Ling, as cidades estão sendo pensadas apenas para os carros, o que fica evidente com as construções de viadutos, que tem um custo muito alto e construção demorada. Isso além da



Rua Inácio Montanha tem estacionamento nos dois lados e mão dupla

questão estética e de mobilidade. “É a coisa mais desagradável do planeta e basicamente mata tudo ao redor. Além de não ter como atravessar a pé e nem de bicicleta”. Uma alternativa de cidade pensada para a população, e não para os carros, é o metrô.

Contudo, na visão do urbanista, seria difícil implementar em Porto Alegre, mais por questões políticas do que técnicas. “Outra ideia que eu gosto é de implementar vans ao sistema

de transporte, como se fazia nos anos 80”, diz Ling. Contudo, a pressão das empresas de ônibus acabou com isso. O resquício dessas vans, seria a lotação.

Em Porto Alegre, a EPTC realiza fiscalização das vias, enquanto quem planeja a circulação é a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU), que, procurada várias vezes pela reportagem do Jornal do Comércio, negou os pedidos de entrevista.

Governo do RS e Federasul debatem formas de combater violência contra a mulher

/ DIREITOS HUMANOS

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

Dados do governo do Estado mostram que, de janeiro a abril deste ano, o número de feminicídios caiu 23% em relação ao mesmo período do ano passado no Rio Grande do Sul. Ainda assim, combater a violência contra a mulher segue sendo um desafio, responsabilidade de toda a sociedade. Foi Esse o mote do Tá na Mesa

da Federasul ontem, que debateu o papel do empreendedorismo, do mercado de trabalho, do Executivo e do Judiciário no combate aos crimes e na promoção de autonomia emocional e financeira para mulheres vítimas de violência.

De acordo com o vice-governador Gabriel Souza (MDB), que esteve no painel, somente a prevenção pode evitar esses tipos de crimes. “Precisamos ter uma rede de proteção, onde se incluem prevenção, cultura da paz e punição exemplar aos malfetores”, dis-

se ao citar políticas públicas de combate à violência do Executivo, como o Centro de Referência da Mulher, o aplicativo de monitoramento dos agressores com tornozeleira e o selo Em Frente, Mulher, que reconhece empresas que promovem acolhimento e iniciativas que ajudam a combater a violência contra a mulher.

A juíza de Direito Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre, Madgéli Frantz Machado, destacou a importância das medidas protetivas emitidas pela Justiça, ressaltando que 79,8% dos feminicídios consumados em 2022 aconteceram com mulheres que não tinham essa proteção e que 50,5% não tinham registrado ocorrência policial anterior ao fato. Para ela, denúncia e monitoramento dos casos, bem como a ressocialização dos agressores, são o caminho. Desde janeiro de 2020, mais de 137 mil medidas protetivas foram emitidas no Estado.

A magistrada citou, ainda, como casos de sucesso o Projeto Borboletas, que ganhou o prêmio Innovare em 2022 e reinsere

mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho, e os Grupos Reflexivos de Gênero, que debatem o tema com os homens agressores. “Quando falamos de violência de gênero, estamos falando de uma violência construída. Se é construída, podemos desconstruir. Com os grupos de reflexão, nossa taxa de reincidência é de apenas 4%”, revelou a juíza. E acrescentou sobre o projeto Borboletas: “Vimos que além de proteção, precisamos fazer com que essas mulheres se tornem protagonistas de suas vidas, investindo em educação, qualificação e geração de renda. Essa é a parceria que temos com a sociedade e iniciativa privada.”

Nesse sentido, Madgéli enfatizou o poder das entidades empresariais. “Falamos muito em empoderamento da mulher, mas aquela oportunidade que estamos oferecendo para uma mulher, no geral, a vítima de violência não se enquadra. E as empresas só vão conseguir identificar a vítima se estiverem sensibilizadas”, afirmou.

A presidente do Conselho da Mulher Empreendedora da Federasul, Simone Leite, apontou que as

iniciativas da entidade vão de encontro a essa necessidade. “É um tema que nos preocupa cada vez mais. Existem mulheres que não conseguem ter acesso ao empreendedorismo, porque estão numa situação de vulnerabilidade.”

Ela explicou que nos 50 núcleos espalhados pelo Estado, a Federasul incentiva o protagonismo feminino, apoiando o selo disponibilizado pelo governo e mobilizando a classe de empresários para a contratação dessas mulheres. “É um incentivo, primeiro, à denúncia, depois, ao acolhimento. A empresa vai estar salvando vidas ao possibilitar a independência financeira”, considerou.

O presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, anunciou, também, um Grupo de Trabalho de recursos humanos com gerentes de RH de médias e grandes empresas que interagem como divisão de ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa) da Federasul. “Essa é uma pauta que vamos abordar para criar oportunidades. É uma ressocialização da vítima, porque ela fica excluída pela violência”, explicou.



Tá na Mesa na Federasul discutiu medidas para superar o problema